# ISOLADA DIREITO CONSTITUCIONAL

## QUESTÕES AULA 01

- Organização político administrativa
- Competências
- Poder executivo

**01- A Constituição Federal estabelece que os Estados podem se incorporar entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e de:**

A) Lei complementar do Congresso Nacional.

B) Decreto da Presidência da República.

C) Lei ordinária do Congresso Nacional.

D) Lei delegada da Presidência da República.

E) Decreto legislativo do Senado Federal.

**02- Celso Ribeiro Bastos observa que "foi a forma mais imaginosa já inventada pelo homem para permitir a conjugação das vantagens da autonomia política com aquelas outras defluentes da existência de um poder central", ao se referir à forma de Estado adotada pelo Brasil, que é a:**

A) republicana

B) confederativa

C) presidencialista

D) federativa

E) democrática

**03- Considerando as disposições da Constituição Federal sobre organização político-administrativa, assinale a alternativa incorreta.**

A) De acordo com o texto constitucional, é vedado à União criar distinções entre brasileiros ou preferências entre eles.

B) Os Estados podem desmembrar-se para formação de novos Estados ou Territórios Federais mediante aprovação da população interessada e do Congresso Nacional.

C) A criação e o desmembramento de Municípios demandam edição de lei estadual e elaboração de Estudos de Viabilidade Municipal, mas dispensam consulta à população.

D) É vedado à União estabelecer cultos religiosos ou manter com eles e seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

E) Nos termos da Constituição, é defeso à União e aos Estados recusar fé aos documentos públicos.

**04- A população do norte do estado Alfa, insatisfeita com a grave crise econômica e a notória incompetência do governador do estado, aprovou, em plebiscito, o desmembramento do referido território do estado Alfa e sua incorporação ao estado Beta, o que também foi aprovado pela população deste último.**

**Ato contínuo, os governadores dos estados Alfa e Beta editaram ato conjunto sacramentando o desmembramento e a correlata incorporação. À luz da sistemática constitucional, o referido procedimento está**

A) incorreto, pois o princípio da indissolubilidade da Federação afasta qualquer mobilidade interna, de ordem territorial, entre os estados.

B) correto, pois as populações interessadas foram ouvidas, e sua vontade foi chancelada por agentes democraticamente legitimados.

C) incorreto, pois a questão federativa é estranha à vontade popular e deve ser integralmente resolvida no âmbito do Senado, que conta com representação paritária dos estados.

D) correto, desde que, após a aprovação pelas populações interessadas e a edição do ato conjunto, cada Assembleia Legislativa edite a lei de sua competência.

E) incorreto, pois, além da aprovação pela população diretamente interessada, é necessária a aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar, não dos governadores.

**05- De acordo com a Constituição Federal de 1988, no tocante à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa incorreta:**

A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

B) Brasília é a Capital Federal.

C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.

D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

E) É vedado aos Estados incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar□se para anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios

**06- "O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de _____ dias, e aprovada por _____ dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos." Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.**

A) 10 – 1/2

B) 10 – 2/3

C) 15 – 1/2

D) 15 – 2/3

**07- Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre**

A) Trânsito e transporte.

B) Política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

C) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

D) Sistemas de consórcios e sorteios.

E) Organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

**08- Considerando o texto atual da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre**

A) Direito agrário.

B) Desapropriação.

C) Populações indígenas.

D) Trânsito e transporte.

E) Proteção à infância e à juventude.

**09- Conforme os dispositivos constitucionais e a jurisprudência do STF com relação à repartição de competências, é correto afirmar que compete**

A) Aos municípios planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações.

B) Aos estados legislar, de forma concorrente, sobre as normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade praticados por governadores.

C) Aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

D) Aos estados legislar, de forma concorrente, sobre direito econômico, urbanístico e financeiro e sobre orçamento.

E) À União legislar, privativamente, sobre licitações e contratos e sobre previdência social.

**10- O Estado detém competência para, concorrentemente com a União, legislar sobre:**

A) Interesses locais;

B) Desapropriação;

C) Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

D) Direito penal e direito civil;

E) Florestas, caça, pesca, fauna, conservação e preservação da natureza.

**11- A respeito da organização do Estado, a União, os estados federados e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre**

A) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

B) Ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

C) Combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

D) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

E) Política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

**12- Relativo ao tema da competência concorrente, como tal prevista na Constituição Federal da República, assinale a alternativa correta:**

A) Cabe à União elaborar as normas gerais referentes à matéria de competência concorrente, competindo aos Estados e aos Municípios suplementar tal legislação

B) Desde que exista Lei Federal sobre normas gerais, os Estados poderão exercer a competência legislativa plena, para atender a suas particularidades

C) A edição de normas gerais se posiciona no âmbito da competência da União

D) O advento ulterior de Lei Federal incidente sobre normas gerais não suspende a eficácia da Lei Estadual, especialmente no que lhe fizer oposição

**13- O Conselho de Defesa Nacional**

A) tem como atribuição opinar sobre questões relevantes quanto à estabilidade das instituições democráticas.

B) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.

C) é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.

D) é órgão superior de consulta do presidente da República e do Ministério da Defesa.

E) é órgão de consulta para assuntos relacionados à soberania nacional.

**14- Acerca do que preceitua a Constituição Federal considere Verdadeiro ou Falso:**

I- As infrações penais comuns praticadas pelo presidente da República deverão ser julgadas pelo STF, depois de a acusação ser admitida por dois terços da Câmara dos Deputados.

II- Nas hipóteses de impedimento do presidente e do vice-presidente da República ou em caso de vacância desses cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal e o presidente do STF. No caso de vacância do cargo de presidente da República, apenas o vice-presidente da República poderá suceder o presidente de forma definitiva.

III- Se determinado Estado soberano adotar, como forma de governo, a forma presidencialista, então as funções de chefe de Estado e de chefe de governo serão exercidas por uma única pessoa, o presidente da República, como ocorre no Brasil.

IV- Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.

**Assinale a alternativa que contempla os itens corretos:**

A) I, II, III

B) II e III

C) I, IV

D) I.II e IV

E) Todas as alternativas estão corretas

**15- Suponha que o Presidente da República e o Vice- Presidente viajarão em missão oficial com a finalidade de representar a República Federativa do Brasil em importante reunião internacional, que ocorrerá na sede europeia da ONU (Genebra/Suíça), para discutir questões afetas à segurança mundial. Nesse contexto, conforme a ordem de substituição estabelecida na Constituição Federal, será primeiramente chamado ao exercício da Presidência o**

A) Presidente da Câmara dos Deputados.
B) Presidente do Senado Federal.

C) Presidente do Tribunal de Contas da União.
D) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
E) Ministro da Defesa.

**16) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. Quanto ao tema, assinale a alternativa INCORRETA.**

A) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por três quartos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

B) Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições, expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

C) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

D) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.

E) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

**17- Segundo a Constituição Federal, nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo(a)**

A) Supremo Tribunal Federal.
B) Senado Federal.
C) Câmara dos Deputados.
D) Tribunal de Contas da União.
E) Ministério Público Federal.

**18- O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático.**

**Desse modo, são alguns dos membros natos do referido Conselho:**

A) o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
B) o Ministro da Justiça, o ministro do Planejamento, o Ministro de Estado de Defesa, o Ministro das Relações Exteriores e Vice-Presidente da República.
C) os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, o Ministro da Justiça, o Ministro de Estado de Defesa e o Presidente da República.
D) os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados, os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal, o Ministro da Fazenda, o Ministro das Relações Exteriores e o Presidente do Congresso Nacional.

E) o Presidente do Congresso Nacional, o Vice-Presidente da República, O Ministro de Estado de Defesa, O Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Chefe das Forças Armadas.

**19- Na hipótese de ocorrência de dupla vacância no Poder Executivo Federal brasileiro quando os então Presidente da República e Vice-Presidente iriam iniciar o segundo ano de mandato, assevera a Constituição Federal de 1988 que:**

A) A eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.
B) O Presidente do Senado Federal assume o cargo de Presidente da República e finaliza o mandato.
C) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição quarenta e cinco dias depois de aberta a última vaga.
D) A eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.
E) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

**20- Considere que faltando exatamente 1 ano e 11 meses para o fim do mandato, os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República vagaram simultaneamente. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que**

A) uma vez realizada nova eleição, os eleitos deverão governar por quatro anos.
B) a eleição para ambos os cargos será feita quinze dias depois da última vaga, pelo Senado.
C) a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional.
D) far-se-á eleição noventa dias depois da declaração de vacância dos cargos.
E) como faltam menos de dois anos para o fim do mandato, o presidente da Câmara dos Deputados deverá ocupar o cargo de Presidente da República até a realização das eleições gerais.